

e, portanto, um texto, será tão mais eficiente quanto mais adequado estiver às características do contexto de produção. A constituição dessa proficiência deve, assim, ser finalidade da escola, de forma que os conhecimentos necessários para tanto sejam tomados como objeto de ensino e de aprendizagem.

As determinações relativas ao contexto de produção precisam, também, ser consideradas no processo de leitura e escuta de textos: recuperar as características que orientaram a produção do discurso auxilia o leitor/ouvinte no processo de reconstrução dos sentidos do texto, de modo a possibilitar uma aproximação mais efetiva das eventuais intenções do produtor. Quanto melhor o leitor/ouvinte conseguir recuperar esse contexto e articulá-lo no processamento dos sentidos do texto, maiores serão as possibilidades de reconstrução de sentidos adequados. Portanto, essa proficiência também precisa ser tomada como objeto de aprendizagem na escola.

A LINGUAGEM ORAL E A LINGUAGEM ESCRITA: UMA RELAÇÃO DE IMBRICAÇÃO

A linguagem verbal é um sistema de significação. A distinção entre o oral e o escrito tem sido matéria de discussão frequente, em especial nos círculos em que se discute ensino de Língua Portuguesa. Até muito recentemente, essa discussão baseava-se em estabelecer unicamente as diferenças existentes entre elas, desenhando-se um quadro de oposição entre suas características.

Se essa diferenciação foi possível em determinados momentos da história da escrita, hoje, considerando a compreensão que se pode ter do processo de comunicação verbal, assim como da complexificação das situações de enunciação nas culturas atuais, essa dicotomização já não é mais possível.

Quando analisamos as manifestações verbais que se realizam nas diferentes circunstâncias comunicativas, é fácil depreender que um discurso falado pode ser organizado em um registro formal, dependendo da esfera em que se realiza, da mesma forma que um discurso escrito pode ser organizado em um registro informal. Isso mostra que não é a materialidade do discurso – fônica ou grafada – que determina o registro (menos ou mais informal, menos ou mais acadêmico, por exemplo). Mais uma vez, um discurso não é oral apenas por ser falado; um discurso não é escrito apenas por ser grafado.

Nessa perspectiva, hoje já não se compreende mais linguagem oral e linguagem escrita no interior de um quadro de oposições. Ao contrário, entende-se que sejam linguagens que se interpenetram, que se imbricam mutuamente. Certamente, há discursos orais que podem ser pouco planejados, que contam com a presença física do interlocutor, que se realizam por meio de um registro informal. No entanto, essas características não são mais imprescindíveis para caracterizar a linguagem oral.

Considerando a sua materialidade, que é fônica (oral/falada), podemos dizer que um discurso oral, ainda que tenha sido planejado previamente, e ainda que

conte com recursos auxiliares organizados em outras linguagens, inclusive a escrita, pode ser caracterizado como aquele que está sendo produzido oralmente, aquele que está sendo realizado no mesmo instante em que está se tornando conhecido pelo interlocutor. Por isso, a sua revisão vai sendo feita enquanto está sendo produzido, pois, ao contrário dos discursos escritos, não é possível, por exemplo, terminá-lo, revisá-lo e, só depois, possibilitar ao interlocutor conhecê-lo.

Os discursos orais também se organizam em gêneros que são típicos tanto das instâncias públicas (exposições e arguições em seminários, mesas-redondas, debates, conferências, palestras, entre outros), quanto das instâncias privadas (conversas à mesa do jantar, por exemplo).

Na perspectiva deste documento, devem ser tomados como objeto de ensino na escola os gêneros orais que se realizam nas instâncias públicas de linguagem.

ORALIZAÇÃO E ORALIDADE NA SALA DE AULA

O trabalho com a linguagem oral está sendo compreendido a partir da tomada dos gêneros orais como objeto de aprendizagem, e não oralização da linguagem escrita, ou oralidade de modo geral.

Ler em voz alta um conto de aventuras não se caracteriza como trabalho com a linguagem oral, da mesma forma que declamar um poema. Em ambas as situações, trata-se de oralização de texto escrito, ou seja, de leitura em voz alta de texto escrito. Essa atividade tem lugar na prática escolar como a situação de leitura dramática, na qual se lê o texto de uma peça teatral para uma plateia presente, mas não focaliza linguagem oral só porque se usa a fala. Ao contrário, é um ótimo exercício realizado com tutoria, para que se consiga desenvolver a fluência leitora dos estudantes, em especial no que se refere a ler com agilidade e compreendendo o texto.

A prática que se desenvolve na sala de aula é realizada com a linguagem verbal e por meio dela, seja oral ou escrita. Nesse sentido, a linguagem é o que possibilita a interlocução para o estudo dos mais diversos conteúdos. Podemos até afirmar que a atividade na sala de aula é verbal, substantivamente. Assim, é fundamental ressaltar que não é por que professores e estudantes estão interagindo verbalmente que se está tomando como objeto de ensino a linguagem verbal. Tomá-la como objeto de ensino significa intencionalmente planejar situações didáticas nas quais sejam considerados, como foco, aspectos da linguagem verbal (oral ou escrita), ou seja, os gêneros e as práticas sociais correlatas.

Em uma situação de discussão das regras de convivência, por exemplo, o que se espera é que as regras sejam o conteúdo focalizado. Incidentalmente, a participação na discussão escolar (oral) pode ser aprendida, mas não é esse o objetivo focal.

Dessa maneira, chamar de oralidade, de modo geral, as situações de comunicação oral que acontecem na escola nivela o conceito de linguagem oral como sendo todos os momentos em que a fala esteja presente, independentemente da

especificidade da situação de comunicação. É como se as diferentes situações de interação oral, de repente, perdessem a sua especificidade, homogeneizando-se: há um processo de descaracterização sumária da linguagem oral como modalidade de linguagem, com seus gêneros próprios e situações enunciativas específicas.

Reiterando o que foi dito acima, o trabalho com a linguagem oral precisa prever a tematização de gêneros orais, como debates, mesa-redonda, banca de defesa, palestra, exposição oral de estudos, entre outros gêneros das instâncias públicas de linguagem, incluindo-se a escolar (como os seminários de apresentação de estudos).

VARIEDADE LINGUÍSTICA E PRECONCEITO

Uma língua está sujeita a muitas modificações, especialmente devido a fatores históricos, culturais e sociogeográficos. Assim, não podemos dizer que a língua falada hoje pelos paulistanos seja idêntica à que se falava em 1920. Do mesmo modo, é diferente a forma de falar dos cariocas, que não falam da mesma maneira que os gaúchos, ou os paulistanos, ou os goianos ou pernambucanos. Tanto na prosódia, na pronúncia, quanto no léxico ou na organização sintática há especificidades em cada região. Isto porque uma língua comporta vários eixos de diferenciação e vários aspectos – ou subsistemas (fonético, fonológico, léxico, morfológico, sintático e semântico) – que a constituem, os quais podem sofrer mudanças, pois, uma vez que a língua tem a finalidade básica de possibilitar a comunicação entre as pessoas, essas, ao utilizarem-na, reorganizam-na de acordo com suas necessidades de interação social.

Cada um dos falares resultantes desses rearranjos, ao se tornarem estáveis em determinados momentos históricos e espaços geográficos, pode constituir o que se denomina variedade linguística. Atualmente, essa denominação – variedade – é a que se considera mais adequada, posto que se utilizarmos variante, a ideia de que há uma variedade mais correta do que as outras fica implícita. Por isso, também, muitos autores têm preferido o termo variedade culta à norma culta. A esse respeito, há, ainda, aqueles que preferem a denominação norma-padrão. Porém, esse aspecto requer mais cuidados do que aparenta.

Norma culta ou norma-padrão

A chamada norma-padrão é a variedade que – se pensa – tem sido ensinada na escola e feito parte de livros didáticos, revistas, textos acadêmicos, entre outros. No entanto, é preciso considerar que entre norma culta e norma-padrão, há diferenças significativas. E isso é fundamental para o ensino.

Faraco (2002) afirma que a norma culta diz respeito à variedade de pessoas que têm mais proximidade com a modalidade escrita, o que aproxima a sua fala da modalidade escrita também. Bagno (2002) considera que, no Brasil, os que adotam essa norma são aqueles que já concluíram o Ensino Superior sendo, por isso, pertencentes aos grupos sociais mais privilegiados.